



# LISBON TALK

6 maio 2026

Universidade Autónoma  
de Lisboa



# Desenvolvimento e Desigualdades: é possível um mundo mais justo?

ORADORES  
**Mónica Ferro**  
**Pedro Krupenski**  
**Mourana Monteiro**  
**Fernando Jorge Cardoso**



É possível um mundo mais justo? A pergunta que dá título a esta sessão não é nova, mas a urgência com que hoje se coloca, num contexto de retração da ajuda pública ao desenvolvimento, de guerras, de crises climáticas e de erosão das instituições multilaterais, confere-lhe uma dimensão que não se pode ignorar. Os oradores trouxeram perspetivas distintas quanto ao diagnóstico e ao caminho a percorrer, mas convergiram num ponto essencial: sabemos o que é preciso fazer. O que falta é vontade política, coerência e uma cidadania mais ativa e informada.

Após décadas de redução da pobreza extrema no mundo, assistimos hoje a uma **estagnação ou até regressão em algumas regiões**: o combate à pobreza extrema não regista avanços significativos, os números da fome e insegurança alimentar continuam a aumentar, enquanto as desigualdades se acentuam, combinadas com uma enorme concentração da riqueza. As **12 pessoas mais ricas do mundo** detêm tanta ou mais riqueza do que os 4 mil milhões de pessoas mais pobres, representando metade da humanidade – e a concentração da riqueza destes 12 “super-ricos” aumentou 16% só em 2025.

A nível global, os múltiplos choques sofridos nos últimos anos – da pandemia às guerras, ao agravamento das alterações climáticas e às tensões geopolíticas – têm tido impactos desproporcionais nas populações e países mais pobres e vulneráveis, que dispõem de menores recursos, capacidades e resiliência. A diversificação das fontes de financiamento do desenvolvimento não tem evitado a **disparidade, cada vez maior, entre necessidades e financiamentos disponíveis**. Os recursos financeiros existem, mas não estão direcionados para os locais e populações onde poderiam fazer a diferença.



Sabendo que os [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#) não serão cumpridos até 2030, e com a incerteza generalizada a nível mundial, aprofundam-se as discussões sobre que agenda global para o desenvolvimento pode ser promovida, ou que condições existem para uma atuação concertada para responder aos desafios mundiais nos próximos anos. Neste contexto, faz sentido questionarmo-nos se é possível um mundo mais justo.

Refletiram sobre estas questões:

**MÓNICA FERRO**, diretora do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), Londres

**PEDRO KRUPENSKI**, membro do Conselho de Administração da Fundação Oriente

**MOURANA MONTEIRO**, ativista Interseccional e mestrandia em Neurociências Cognitivas e Neuropsicologia

**FERNANDO JORGE CARDOSO**, professor universitário e diretor executivo do Clube de Lisboa (moderação)

## DADOS, DIREITOS E RETROCESSOS

**Mónica Ferro** abriu a sessão com uma reflexão ancorada na experiência direta do trabalho multilateral. O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) nasceu no final da década de 1960 num clima de grande ansiedade demográfica, em que o crescimento populacional era visto como uma ameaça à própria sobrevivência humana. Hoje, mais de 8 mil milhões de pessoas habitam o planeta, e a organização que surgiu para fazer contas à população tornou-se a agência das Nações Unidas para a saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos. Este percurso não é acidental. Foi a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, que operou aquilo que foi uma revolução paradigmática: a passagem de números humanos para direitos humanos.

Com efeito, os anos 90 corresponderam à década de ouro do multilateralismo, com grandes conferências internacionais que preconizaram avanços significativos na cooperação e governação global em áreas como o ambiente (Conferência do Rio de 1992), a igualdade de género (Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, 1995), ou a população (Conferência em 1994). Neste contexto, pela primeira vez o planeamento familiar foi consagrado como direito humano, as raparigas e as mulheres foram reconhecidas como sujeitos plenos de direitos, e a mutilação genital feminina foi classificada como crime. A ideia central era simples e profunda: as dinâmicas populacionais têm de estar no centro dos processos de desenvolvimento.

O problema principal não é a ausência ou a complexidade das soluções, mas sim a ausência de coerência política. O conhecimento existe e o diagnóstico está feito.

Os progressos das últimas três décadas são mensuráveis, espelhados, por exemplo, numa mortalidade materna que diminuiu quase 40% em trinta anos. Mas esses mesmos progressos encontram-se agora em risco, registando-se já um abrandamento dos avanços registados ou mesmo, em alguns casos, um retrocesso. Os cortes abruptos no financiamento americano retiraram cerca de \$730 milhões de USD da área da saúde sexual e reprodutiva e do planeamento familiar, com consequências que vão muito além dos orçamentos. Neste âmbito, salientam-se não apenas o volume dos cortes mas também a sua rapidez, não deixando espaço de manobra para que outros doadores o possam compensar ou para que se possam mobilizar recursos domésticos. Os custos humanos e, especificamente, os efeitos na saúde feminina são particularmente desproporcionais: afetam parteiras que deixam de existir, medicamentos que desaparecem das prateleiras, clínicas que funcionam em horário reduzido ou que têm de fechar. Quando os serviços se degradam, são as mulheres e as raparigas quem mais sofre.

O problema principal não é a ausência ou a complexidade das soluções, mas sim a ausência de coerência política. O conhecimento existe e o diagnóstico está feito. Sabe-se que bons cuidados primários de saúde transformam sociedades numa multiplicidade de dimensões. Sabe-se que a igualdade de género, se plenamente realizada, libertaria triliões de dólares na economia mundial. Sabe-se que a violência de género custa aos Estados milhões em tribunais e hospitais. O que falta é visão de longo prazo nas políticas públicas, demasiado reféns de ciclos eleitorais curtos e de uma lógica de intervenção que chega àqueles que são mais fáceis de alcançar, deixando os mais vulneráveis para trás.

**“Nós sabemos como lidar com as assimetrias, sabemos os investimentos que são precisos, mas isso não torna o trabalho mais fácil. Torna-o mais frustrante, porque temos a visão e sabemos quais os instrumentos, mas estamos a perder o acesso a essa possibilidade.”**

Mónica Ferro

## A ECONOMIA AO SERVIÇO DAS PESSOAS E DO PLANETA

**Pedro Krupenski** situou-se, desde o início, numa posição que designou de “catastrofista do presente e otimista do futuro”. Olhando para a atualidade, o cenário é grave; mas olhando para os ciclos da história, há razões fundadas para acreditar que a trajetória pode mudar. A constatação de que muitos indicadores estão melhores do que há algumas décadas, por si só, justifica alguma esperança.

O ponto de partida da sua análise foi a fábula com mais de dois mil anos sobre a galinha dos ovos de ouro. O dilema que ela encerra é o mesmo que atravessa o nosso tempo: matar a galinha para obter a carne e ter o ganho imediato, ou mantê-la saudável para garantir uma riqueza susten-

tada ao longo do tempo. Isto está relacionado com a matriz cartesiana do pensamento ocidental, que é uma das raízes mais profundas do problema. Um pensamento compartimentalizado, por partes - em vez de um pensamento sistémico e abrangente - leva a que se otimize o motor sem considerar o carro, que se maximize o lucro sem considerar as pessoas e o planeta, que se cresça economicamente sem atentar às dimensões social e ambiental da vida coletiva. É esta hegemonia da dimensão económica sobre as demais, que vem da Revolução Industrial, que impede os referenciais internacionais de produzirem os resultados que prometem.

Esta matriz de pensamento condiciona a nossa forma de agir e também a formulação das prioridades. Por exemplo, um programa das Nações Unidas que permitiria suprir as necessidades de 80 milhões de pessoas nos países mais pobres e vulneráveis carece de financiamento dos Estados, mas custaria apenas o equivalente aos atuais gastos em 3,5 dias de guerra.

A sustentabilidade, bem antes de 2015 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), já definia que o equilíbrio entre as dimensões económica, social e ambiental era condição essencial do desenvolvimento humano. Neste contexto, colocar a economia ao serviço da humanidade e do planeta não requer primordialmente mais solidariedade ou mais bondade. Requer um sentido de justiça e a perceção, ainda que egoísta, de que persistir no modelo atual é matar a "galinha dos ovos de ouro" para todos.

O papel de cada pessoa neste processo não é, portanto, residual. Somos também consumidores, e as nossas escolhas quotidianas têm implicações diretas nas cadeias de produção que sustentam ou destroem este equilíbrio, como demonstram vários exemplos recentes em que a ação cidadã motivou mudanças em estratégias empresariais. A mudança começa por percebermos que não precisamos do consumo desenfreado para o qual somos pressionados sistematicamente e que podemos promover um maior equilíbrio e coerência nas nossas vidas. Ser coerente entre o que se diz e o que se faz é o passo mais exigente e, ao mesmo tempo, o mais acessível a qualquer pessoa.

Assim, a mudança passa por uma combinação de duas tendências que acabam por interagir mutuamente: "de baixo para cima", através da ação dos cidadãos na transformação individual das suas vidas e na ação coletiva de pressão e responsabilização; e "de cima para baixo", através de mudanças sistémicas que promovam equilíbrio entre as várias dimensões do desenvolvimento.

**"O que tem de mudar não são só as políticas públicas, mas também a nossa atitude perante os recursos. O mundo só vai estar efetivamente melhor quando percebermos que as três dimensões fundamentais da nossa vida [e do desenvolvimento sustentável] têm de estar equilibradas."**

Pedro Krupenski

... colocar a economia ao serviço da humanidade e do planeta (...) requer um sentido de justiça e a perceção, ainda que egoísta, de que persistir no modelo atual é matar a "galinha dos ovos de ouro" para todos.

## O PRIVILÉGIO QUE NÃO SE ESCOLHE

**Mourana Monteiro** abriu a sua intervenção com uma dinâmica/metodologia participativa. Pediu à audiência que levantasse os dedos em resposta a algumas afirmações, como nascer num país democrático, ter tido uma família estruturada, nunca ter passado fome na escola, ou poder estudar sem trabalhar. No final, alguns tinham muitos dedos no ar, outros muito menos. A conclusão foi que nenhum desses degraus resultou de mérito próprio, pois ninguém fez nada para nascer onde nasceu, nas circunstâncias em que nasceu. Este exercício, conhecido como “a corrida do privilégio”, não pretende comparar ou culpabilizar, mas sim tornar visível aquilo que permanece invisível na narrativa do mérito individual: o ponto de partida não é igual para todos, e isso tem consequências estruturais que nenhum esforço individual consegue, por si só, corrigir. As desigualdades são marcadas por heranças profundas de discriminação de género, raciais e económicas, e as grandes métricas globais que narram histórias de sucesso tendem a esconder as assimetrias persistentes no interior de cada país.

Mourana Monteiro identificou-se como uma “otimista realista”, ou mais precisamente como alguém que tem esperança. A distinção importa, pois, para si e ao contrário do otimismo, a esperança não é um estado passivo. É um traço ativo que implica saber para onde se quer ir, identificar o caminho e ter a perseverança de o percorrer face aos obstáculos. A sua mensagem foi também de mobilização concreta: o mundo tem recursos e conhecimento para alimentar todas as pessoas; existem casas vazias suficientes para eliminar a existência de pessoas em situação de sem-abrigo; os recursos financeiros existem mas estão profundamente mal distribuídos. A solução passa pela organização comunitária (community organising), pela literacia cívica e pelo conhecimento da história dos movimentos sociais, porque só quem sabe que a ação produz resultados vai efetivamente agir.



Além disso, o nosso foco tende a enviesar-se para privilegiar as notícias negativas, com as quais somos bombardeados diariamente e que tem impactos psicológicos nefastos em muitas pessoas. No entanto, isso não deve ser promotor de uma apatia ou dessensibilização generalizada, que nada contribui para a mudança. Existem também notícias positivas nas quais devemos procurar inspiração e esperança. No mês em que a sessão decorreu, os exemplos são vários: o lince ibérico estava anteriormente em vias de extinção e os números atuais indicam que a sua população cresceu; a camada de ozono estava parcialmente destruída, mas deverá estar recuperada até 2070, graças a um acordo global entre quase todos os países do mundo; e a energia solar, que parecia impossível de competir com os combustíveis fósseis, entre 2010 e 2023 baixou o seu preço em 90%. O impossível já foi feito e pode voltar a ser feito, pelo que os jovens devem acreditar a mobilizar-se em torno do objetivo de um mundo mais justo.

**“Precisamos de regras, de justiça, e de desempenho político para que não tenhamos de depender da bondade de quem está nos espaços de poder e de decisão. Queremos que essas regras existam e que essas políticas sejam implementadas.”**

Mourana Monteiro

## DEBATE

### PESSIMISMO, REALISMO E NATUREZA HUMANA

O debate com a audiência decorreu com base num dilema persistente que percorreu toda a sessão: é mesmo possível acreditar num mundo mais justo quando tudo parece caminhar no sentido contrário? Vários estudantes expressaram posições cétricas, invocando a tendência humana para a dominação, a competição e a busca de superioridade. Um mundo verdadeiramente justo foi descrito por alguns como utopia, não por fatalismo, mas por aquilo que chamaram de realismo – a história é longa e os ciclos de injustiça repetem-se pelos séculos. Outros recusaram essa leitura, argumentando que as dificuldades do contexto presente não é argumento para paralisar ou desistir, mas razão acrescida para agir, dada a urgência da transformação.

Pedro Krupenski introduziu uma distinção filosófica que estruturou parte do debate subsequente: igualdade não significa tratar todos da mesma forma. Significa tratar de modo igual os que são iguais e de modo desigual os que são desiguais, ajustando a resposta à circunstância real de cada um. Tratar todos como se fossem idênticos é, em si mesmo, uma forma de injustiça. Reconheceu ainda que a natureza humana tem uma dimensão competitiva que não vai desaparecer, mas afirmou que isso não impede a construção de

um sistema mais justo, em que os mais vulneráveis devem ser especialmente atendidos e em que o diálogo e a cooperação se sobreponham à competição (que muitas vezes degenerou em exploração). O que é necessário não é mudar a natureza humana, que tem muitas dimensões, contradições, nuances e “tons de cinzento”, mas sim mudar a matriz sobre a qual assentam as nossas escolhas coletivas.

## **RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E PODER COLETIVO**

O que é necessário não é mudar a natureza humana, que tem muitas dimensões, contradições, nuances e “tons de cinzento”, mas sim mudar a matriz sobre a qual assentam as nossas escolhas coletivas.

Uma segunda linha do debate centrou-se na tensão entre a mudança que depende de estruturas e instituições e a mudança que começa em cada pessoa. Vários participantes questionaram de que modo a responsabilidade individual se articula com as grandes forças sistémicas que parecem escapar ao controlo de qualquer cidadão comum.

É preciso salientar que a delegação de responsabilidade no outro, nos governos, nas multinacionais, nos países ricos, é ela própria uma posição política. O poder do voto deve ser valorizado, mas também deverá ser enquadrado num contexto mais amplo de exercício da cidadania, no qual é importante votar informado/a, conhecer os programas eleitorais, exigir coerência entre o que foi prometido e o que é feito, e participar em petições, movimentos e iniciativas cidadãs.

Mourana Monteiro recordou o “efeito espetador”, ou seja, o fenómeno pelo qual quanto mais pessoas presenciam um evento menor é a responsabilização individual de cada uma, e inverteu a sua lógica – saber que este efeito existe é já um primeiro passo para o combater. Acrescentou que os jovens não estão ausentes da política, mas a fazem de outras formas (nomeadamente de uma forma menos formalizada em estruturas, mas mais fluida, em movimentos e iniciativas comuns). Falta, sobretudo, literacia histórica sobre como os movimentos sociais produziram mudanças concretas, para que exista um conhecimento sobre os efeitos e resultados que a mobilização pode obter.

## **A NARRATIVA DO MÉRITO E O PAPEL DO ESTADO**

Um terceiro eixo tocou nas narrativas que legitimam ou contestam a desigualdade. Fernando Jorge Cardoso, moderador da sessão, identificou a crescente (e preocupante) influência do “darwinismo social” como ideologia política consciente e deliberadamente disseminada. A ideia de que as pessoas pobres são pobres porque querem, que a empatia e a colaboração são fraquezas, e de que a redistribuição é um obstáculo ao desenvolvimento tem ganhado adeptos, não apenas em movimentos extremistas mas também entre multimilionários/bilionários (particularmente nos EUA), economistas, ideólogos, influenciadores digitais. Face a esta narrativa, os participantes foram unânimes na aceção de que o Estado tem um papel insubstituível na garantia de oportunidades de partida iguais para todos, em educação pública, saúde universal e condições económicas e de género que permitam às pessoas fazer escolhas livres sobre as suas próprias vidas.

Mónica Ferro sublinhou que este investimento não é apenas uma questão de direitos humanos. É economicamente racional, e as provas estão documentadas. Cada dólar/euro investido em saúde reprodutiva gera retornos mensuráveis em saúde pública, produtividade e coesão social. Cada dólar/euro investido na igualdade de género e empoderamento das mulheres tem retornos significativos nas economias e sociedades. Portanto, a principal questão não é se podemos pagar. É se escolhemos pagar.

## CONCLUSÃO

Ao longo da sessão, a pergunta “é possível um mundo mais justo?” revelou-se menos uma questão de viabilidade e mais uma questão de escolha concreta. O diagnóstico foi amplamente partilhado – os recursos existem, o conhecimento existe, as soluções existem.

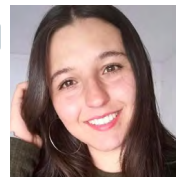
O que falta é a coerência entre os valores que declaramos e as decisões que tomamos, enquanto consumidores, enquanto cidadãos e enquanto comunidades políticas.

O tom final não foi de resignação, mas de urgência prudente. O passado recente mostra que a mudança é possível, e que os retrocessos também o são. Neste contexto, a narrativa da desmobilização (não vale a pena agir “porque nada muda”, ou “porque tudo está perdido”), muito apregoada em certos setores, contribui para que não exista transformação. *A escolha que se coloca a cada geração não é entre o otimismo e o pessimismo, mas entre a inércia e o compromisso ativo com um futuro mais digno e menos desigual para todos.*

Como recordou Mourana Monteiro ao fechar a sessão, tudo parece uma utopia até que deixe de sê-lo.



Pedro Krupenski e Mourana Monteiro dizem-nos se acreditam que um mundo mais justo e menos desigual é possível, bem como o que é necessário para evoluir nesse sentido.



As opiniões expressas nesta publicação não vinculam necessariamente o Clube de Lisboa nem qualquer outra instituição.

A Talk pública foi organizada pelo Clube de Lisboa e a Universidade Autónoma de Lisboa, no âmbito dos projetos: Desafios Globais para o Desenvolvimento e HUMAN – A tua voz, a tua ação.

## Organizador



## FICHA TÉCNICA

### Título

Desenvolvimento e Desigualdades: é possível um mundo mais justo?

### Data

Junho de 2026

### Redação

Sebastião Sabino

### Coordenação e edição

Patrícia Magalhães Ferreira

### Design e paginação

Rita Romeiras

Copyright © Clube de Lisboa

## Projetos



**HUMAN**  
A TUA VOZ, A TUA AÇÃO

## Parceiros



## Cofinanciamento





Clube de Lisboa

O Clube de Lisboa é uma associação com membros individuais e coletivos que partilham a visão de Lisboa como cidade global e como espaço de reflexão, debate e intervenção sobre temas relevantes da agenda internacional, incluindo o desenvolvimento sustentável, a globalização e a segurança e com particular atenção aos desafios para o futuro e o papel de Portugal na Europa e no mundo.

[#clubedelisboa](#)  
[#lisbontalks](#)



[cl@clubelisboa.pt](mailto:cl@clubelisboa.pt)



[www.clubelisboa.pt](http://www.clubelisboa.pt)

## SIGA-NOS!



[instagram.com/clubedelisboa](https://www.instagram.com/clubedelisboa)



[facebook.com/cluboflisbon](https://www.facebook.com/cluboflisbon)



[linkedin.com/company/clube-de-lisboa](https://www.linkedin.com/company/clube-de-lisboa)



[x.com/clubedelisboa](https://x.com/clubedelisboa)



[youtube.com/clubedelisboa](https://www.youtube.com/clubedelisboa)